

Origens da História Comparada. As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX

José D'Assunção Barros*

Resumo. Este artigo objetiva discutir as origens da História Comparada como uma modalidade historiográfica específica, discutindo algumas referências pioneiras no uso das abordagens comparativas desde as primeiras experiências dos trabalhos históricos dos filósofos iluministas e dos autores românticos, até a época da constituição da História Comparada como um novo projeto historiográfico na primeira metade do século XX. Discutindo sua definição e fundamentos, o texto examina alguns tipos e possibilidades de comparativismos históricos, referenciando autores como Marc Bloch, Toynbee e Max Weber.

Palavras-chave: História Comparada. Método Comparativo. Historiografia.

Introdução: especificidades de um campo disciplinar

De um ponto de vista estritamente historiográfico, e já relacionada às novas concepções históricas que passariam a predominar no

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Niterói, Rio de Janeiro). Professor dos cursos de Graduação e Mestrado em História da Universidade Severino Sombra (Vassouras, RJ). Recentemente, publicou os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), e *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007). E-mail: jose.assun@globo.com

século XX, a História Comparada tem um de seus mais importantes marcos em um texto que depois se tornaria emblemático para esse campo intradisciplinar. Para entender os inícios desse novo campo histórico, devemos retornar ao contexto cultural e político da Europa há cerca de oitenta atrás, quando Marc Bloch publicou seu famoso artigo sobre a “História Comparada” (1928, p.15-50). O mundo já havia, então, conhecido os horrores da Primeira Grande Guerra, uma experiência certamente impactante por envolver diversos países europeus em um conflito de dimensões globais. Outros horrores ainda maiores estavam por vir com a ascensão do Nazismo e o segundo grande conflito mundial. Respirava-se, em parte significativa da intelectualidade europeia, certo ar de desânimo em relação aos caminhos que tinham sido trilhados através do exacerbado culto ao Nacionalismo que tanto caracterizara a estruturação dos estados-nações nos séculos anteriores. Mais ainda, de modo geral os historiadores tinham desempenhado um papel bastante relevante na organização institucional dos estados-nações, na estruturação de arquivos para registro da memória nacional, na construção de narrativas laudatórias que exaltavam cada nação em particular, e que por vezes chegavam mesmo a conclamar indiretamente à Guerra. Alguns, como Guizot (1787-1874), tinham mesmo ocupado postos governamentais; outros, como Michelet (1789-1874), chefiaram arquivos nacionais em seus países. Agora, diante dos aspectos nefastos daquele processo de exacerbação nacionalista que resultara em tão terrível desastre, era compreensível que, no complexo e multidiversificado circuito dos historiadores profissionais, surgissem aqui e ali os vestígios de um certo “mal-estar” da historiografia. Não era um sentimento necessariamente predominante em todos os países e ambientes, mas esse mal-estar certamente se fazia presente.

Não é de se estranhar que, nesse mesmo clima de desapontamento em relação ao nacionalismo radicalizado – que de resto seguiria adiante pelas décadas vindouras – tenham se fortalecido os primeiros sonhos de ultrapassagem dos antigos modelos

propugnados por aquela velha historiografia nacionalista, que até então estivera sempre tão bem acomodada às molduras nacionais. É nesse ambiente que surgem os primeiros esforços de sistematização de uma História Comparada – ou melhor, é nesse ambiente que emerge a assimilação mais sistemática do comparativismo histórico pelos historiadores profissionais. Comparar, veremos mais adiante, era de algum modo abrir-se para o diálogo, romper o isolamento, contrapor um elemento de “humanidade” ao mero orgulho nacional, e, por fim, questionar a intolerância recíproca entre os homens – esta que logo seria coroada com a explosão da primeira bomba atômica.

Se a História Comparada fora, na época de Marc Bloch, pouco mais do que uma estimulante promessa, ou uma bem intencionada tentativa de melhor compreender os vários povos do planeta, hoje ela pode ser considerada um campo intradisciplinar bem estabelecido e com direito a uma rubrica própria. De resto, suas potencialidades vão bem além da simples intenção de comparar nações ou povos, e mesmo a História Regional pode se beneficiar eventualmente de uma composição estreita com as abordagens propostas pela História Comparada. Os historiadores do Imaginário, por fim, podem até mesmo colocar universos fictícios ou imaginários em uma comparação historiograficamente conduzida, se quisermos levar mais adiante a enumeração das trilhas que hoje se abrem para o comparativismo histórico. E a lista não terminaria certamente aí: “histórias de vida” paralelas (sejam biografias individuais ou coletivas), práticas culturais específicas, ou o próprio pensamento historiográfico em diferentes culturas ou sob a perspectiva de distintos autores – seria um interessante exercício de imaginação estabelecer a miríade de universos de observação que podem ser contrapostos com vistas à comparação historiográfica, ou que já foram contemplados em trabalhos específicos realizados por historiadores ou cientistas sociais interessados no comparativismo histórico. Eis aqui um mundo de possibilidades.

Ao mesmo tempo em que a História Comparada mostra ter conquistado neste princípio de milênio seu próprio mosaico de

possibilidades – o que de resto sempre ocorre com qualquer campo disciplinar que, no seu processo de formação, vai incorporando novas complexidades –, é oportuno lembrar que essa modalidade historiográfica tem, na verdade, muitas origens, constituindo-se o texto de Marc Bloch apenas em um fundamento simbólico. Há, por assim dizer, uma espécie de pré-história da História Comparada que remonta às demais ciências sociais e humanas – à Sociologia ou à Economia, por exemplo –, campos de saber que, desde suas próprias origens, por vezes em vista de suas ambições generalizadoras, já vinham praticando o comparativismo com certa desenvoltura, inclusive o comparativismo diacrônico, isto é, no decurso de uma temporalidade. Depois disso, e já dentro do âmbito da Filosofia da História, o Materialismo Histórico proposto por Marx e Engels em meados do século XIX teria aberto também uma trilha a ser percorrida nos séculos seguintes, uma vez que uma de suas propostas fundamentais era a de examinar a história dos modos de produção, projeto que dificilmente poderia ser realizado sem um atento comparativismo simultaneamente sincrônico e diacrônico envolvendo sociedades e historicidades diversificadas. Já mais estritamente no âmbito dos historiadores profissionais, e já adentrado o século XX, poderemos identificar – à parte o marxismo mais diretamente interessado em historiar os modos de produção – pelo menos três novas vias para a História Comparada: aquela amparada pela idéia de uma História Total que fornecesse um quadro completo da história da Europa e talvez do mundo; a História das Civilizações na esteira de Spengler e Toynbee; e por fim, o modelo proposto por Bloch, uma História Comparada que deveria ser percorrida por uma problematização bem definida e através de um método sistematizado.

Para resumir a questão das origens da História Comparada, teremos aqui uma espécie de polifonia a cinco vozes: uma linha de História Comparada de bases sociológicas ou ambições generalizantes; a História Comparada dos modos de produção; a História Comparada das Civilizações; a História Total Comparada; e a “História

Comparada Problema”. Todas essas vertentes, por assim dizer, ofereceram alternativas e combinações de alternativas à “História Comparada” propriamente dita, que a partir do pós-guerra começa a se constituir em campo intradisciplinar específico.

A pré-história da História Comparada

Os modernos usos do comparativismo na reflexão sobre a vida humana e social, já como tentativa de constituir uma metodologia mais sistemática, remontam ao Iluminismo do século XVIII, sem demérito de outras experiências que podem ser lembradas. Nas *Cartas Filosóficas*, de 1733, Voltaire já buscava caracterizar implicitamente as diferenças entre a vida e o pensamento na Inglaterra e na França de sua época. Sua intenção, mais política que científica, fora a de descrever os ingleses como um povo dotado de senso comum, tolerância religiosa, pragmatismo político e eficiência comercial, e ao mesmo tempo deixa no ar uma comparação oculta com a França de seu tempo, lugar onde grassaria nos meios políticos e na vida social mais ampla a superstição, o preconceito e o dogmatismo. O empirismo inglês, cujas origens Voltaire faz remontar até o Renascimento e cuja realização definitiva é atribuída às realizações de Newton, teria, nesse país, libertado a filosofia dos entraves metafísicos e escolásticos que ainda travavam parte da intelectualidade francesa, carente de uma filosofia instrumental como a que detinham os ingleses. A presença, nas *Cartas Filosóficas*, de um comparativismo implícito relativamente à França absolutista e dominada por um clericalismo intolerante e dogmático – estes que eram os verdadeiros alvos – concorreu para que o sucesso da obra viesse acompanhado de reações rigorosas das autoridades.

Voltaire dirige aqui a sua prática comparativa para uma espécie de história filosófica – e o seu projeto é claramente político no sentido de impor uma filosofia, que logo seria conhecida como “filosofia das luzes”, no contexto de críticas ao absolutismo do Antigo Regime e ao

clericalismo dominado pela Igreja Católica. O modelo comparatista, contudo, não fora introduzido por ele no ambiente do iluminismo francês. Já em 1722, Montesquieu publicara uma obra de extraordinário sucesso, as *Cartas Persas* (1981), em que dois viajantes persas imaginários – dois aristocratas orientais chamados Usbek e Rica – viajam pela Europa rpregrando suas observações e reações relativas aos vários países ocidentais. Dessa maneira, é interessante observar que a operacionalização da comparação dá-se aqui em diversos níveis: de um lado, são comparados os vários países europeus entre si, através da mediação dos dois aristocratas persas imaginários; de outro lado, como os viajantes persas criados por Montesquieu têm como referência de suas observações o despotismo persa, este lança luz sobre o absolutismo europeu, ou mais particularmente o absolutismo francês. Nesse nível, estabelece-se uma comparação entre Oriente e Ocidente, e também aqui a comparação entre sociedades distintas atende aos objetivos de uma crítica filosófica imersa no ambiente profundamente politizado de combate ao Antigo Regime no plano das idéias. Através de uma inovadora narrativa composta por uma sucessão de cartas, são questionadas as verdades ocidentais que, ao serem observadas através de um olhar supostamente estrangeiro, revelam nos costumes e instituições dos países europeus percorridos costumes e crenças tão surpreendentes e exóticos quanto os orientais.

Seja em Voltaire ou Montesquieu, seja em outros autores pertencentes à tendência iluminista predominante, logo grassaria a idéia de que a natureza humana era a mesma por toda parte, e que as diferenças que iam surgindo nas diversas sociedades deveria advir de causas físicas e naturais – como o clima, a proximidade de vias comerciais, o padrão de subsistência, a densidade demográfica e outros aspectos de ordem política e circunstancial, pois também se atribuía a introdução de diversidades nas diversas sociedades a manipulações de homens que detinham o poder. O Iluminismo, enfim, tenderia a enxergar uma única natureza humana, para a qual poderiam ser encontradas leis gerais universais de mesmo tipo do que as leis que regiam o mundo físico, e o comparativismo estaria apto a colocar em relevo diferenças

que se estabeleciam sobre o pano de fundo dessa natureza humana universal, bem como as semelhanças que seriam os sintomas dessa universalidade e regularidade das ações e motivações humanas.

Freqüentemente, tal como irá aparecer claramente em uma das obras históricas de Voltaire (1751) – *A Idade de Luís XIV* (Voltaire, 1969) – seria imposta através do Iluminismo a concepção de uma sociedade civilizada que deveria servir como medida única para todos os tempos e espaços, de modo que a “comparação” era aqui utilizada para medir o afastamento ou aproximação desse modelo, que se cria como um estágio mais avançado situado no desenrolar evolutivo do destino humano. Para Voltaire, teriam existido, na verdade, quatro idades iluminadas da Antigüidade – a Grécia Clássica, A Civilização Romana dos tempos de Augusto, a Renascença, e a Idade de Luís XIV, considerando-se ainda que o seu iluminismo colocava-se por vezes na perspectiva otimista de que a Europa de sua própria época poderia retomar essa iluminação, desde que o projeto político e filosófico dos filósofos ilustrados conseguisse se impor. Nesse sentido, uma análise comparativa da História poderia examinar o distanciamento ou aproximação das diversas sociedades com relação ao modelo de civilização que estava por trás desses quatro momentos de iluminação no desenvolvimento da humanidade, e é isto que Voltaire busca realizar com seu *Ensaio sobre os Costumes e o Espírito das Nações* (1756), uma obra que inclui a análise da China, da Índia e do mundo islâmico para compará-los com as sociedades européias. Os objetivos de Voltaire nessa obra são evidentemente críticos, e os capítulos introdutórios sobre o Oriente fornecem material comparativo para iluminar as distorções culturais da Europa do Antigo Regime. Trata-se, então, de um duplo comparativismo a serviço da propaganda iluminista: o Oriente e a Idade Média – e suas heranças cristãs na Europa de seu tempo – são discutidos em relação a um mundo ainda ausente, que deveria ser regido pela Razão.

Mas é com o *Espírito das Leis* (1748), de Montesquieu, que o método comparativo adquire seu delineamento mais bem acabado na história filosófica do período iluminista. O programa inicial dessa

obra era o de formar um catálogo de tipos de sociedades, identificando as práticas e soluções institucionais a eles relacionadas; contudo, longe de se limitar a uma simples descrição dos diferentes sistemas legais, o objetivo último de seu comparativismo era encontrar as características gerais que distinguiam um sistema do outro. Da mesma forma, mostra-se claramente nessa obra a busca iluminista das leis e determinações gerais que regeriam as sociedades humanas – desde as condições climáticas e naturais que orientariam a formação das diferentes índoles humanas, até a relação do espaço com o tipo de organização política que surgiria mais espontaneamente. Assim, enquanto o calor excessivo estimulava uma certa letargia nos comportamentos humanos, os grandes espaços abertos da Ásia estimulariam o despotismo na sua forma oriental; de igual maneira, a fertilidade do solo e o padrão de subsistência desta ou daquela sociedade historicamente localizada influenciariam os usos e costumes de uma politeia, de modo que a função do legislador era buscar um equilíbrio entre todos esses aspectos.

Se o método comparativo alcançou prestígio entre os filósofos historiadores associados à corrente iluminista, por outro lado também se ergueram na mesma época as críticas à utilização do comparativismo com vistas a analisar sociedades históricas. O mais contumaz desses críticos foi Johann Gottfried Herder (1744-1803), que em 1774 publicou um livro intitulado *Mais uma Filosofia da História*, onde considera frontalmente a impropriedade de utilização da comparação para essas realidades essencialmente ímpares que seriam as sociedades historicamente localizadas (Herder, 1969, p. 182):

A fim de sentirdes a natureza integral da alma que reina em cada uma das coisas [...] não limiteis a vossa resposta a uma palavra, mas penetrai profundamente neste século, nesta região, nesta história inteira, mergulhai em tudo isto e senti tudo isto dentro de vós próprios – só então estareis em situação de compreender; só então desistireis da idéia de comparar cada coisa, em geral ou em particular, com vós

próprios. Pois seria estupidez manifesta que vos considerásseis a quinta-essência de todos os tempos e todos os povos.

Ao “método comparativo” proposto entusiasticamente pelos iluministas com vistas à identificação de uma identidade fundamental de uma natureza humana que estaria presente em todas as sociedades – método criticado por Herder como passível de produzir “anacronismos” –, a história romântica do final do século XVIII propunha que o historiador se empenhasse em perceber, através da “empatia”, as especificidades e singularidades de cada sociedade histórica examinada. O método da compreensão empática, se pudermos chamá-lo assim, buscava evitar o que para os historiadores românticos estaria necessariamente envolvido na comparação de sociedades distintas: a distorção das características marcantes e singulares de cada uma, terminando por produzir uma mera abstração que na verdade não corresponderia a sociedade alguma. Ou seja, em um universo de estudos onde “cada forma de perfeição humana é, num certo sentido, nacional e temporalizada, e, considerada de modo mais específico, individual” (Herder, 1969, p. 184), a imposição de classificações alheias e anacrônicas em relação às realidades históricas examinadas comprometeria, segundo postula Herder, os resultados historiográficos. Essa perspectiva de que a história de cada povo ou realidade social específica é particular, irrepetível, e de certa maneira incomparável com outras, seria oportunamente retomada por historicistas do século XIX.

À parte as críticas românticas, os exemplos do comparativismo iluminista registram, enfim, a intenção de utilização da “comparação” como caminho ou método para a observação das sociedades, e, mais propriamente ainda, como recurso para a percepção da natureza humana, das leis universais que estariam por trás da História, do desenvolvimento da Razão, segundo a concepção que pautava a principal tendência iluminista. Mas foi durante o processo de formação das diversas Ciências Sociais e Humanas no século XIX, enquanto

campos disciplinares mais bem delimitados, que a “comparação” tornou-se uma forma ainda mais sistemática de conhecimento, capaz de colocar em contraste sociedades distintas ou grupos sociais diversificados. As contribuições vinham nesse período quase que exclusivamente do âmbito da Sociologia e da Antropologia, por razões que poderemos discutir, e apenas excepcionalmente os historiadores da época aventuraram-se mais audaciosamente no uso sistemático do comparativismo para compreender sociedades distintas na História, tal como foi o caso de Charles Langlois, ao desenvolver na passagem do século um trabalho que propunha colocar em confronto a França e a Inglaterra do período medieval. O mesmo se pode dizer de dois conhecidos ensaios de Otto Hintze, ambos datados de 1897, nos quais o que se propunha era a articulação dessa abordagem comparativista com a história dos Estados Modernos (Hintze, 1974).

Podem ser identificadas razões específicas para essa profusão de trabalhos sociológicos que se propunham ao comparativismo social, quando comparada à escassez de propostas similares no grupo dos historiadores oitocentistas e das primeiras décadas do século XX. De um lado, com a crescente preponderância das correntes historicistas em detrimento da história positivista propriamente dita, passara a grassar cada vez mais entre os historiadores oitocentistas o estatuto de uma História que deveria estudar o único e irrepitível, e em certa medida, portanto, o “incomparável”. Os desenvolvimentos históricos do Historicismo pareciam reeditar, no que concerne à possibilidade de utilização do comparativismo histórico, a posição da história romântica frente às ambições generalizantes da história iluminista. De outro lado, tinha-se nesse mesmo momento a emergência e consolidação de uma sociologia comparada que nascera sob a égide de um Positivismo de origem francesa e que, de certo modo, era herdeiro dos antigos pressupostos iluministas de que as sociedades humanas seriam regidas por leis naturais, invariáveis e independentes da vontade e da ação humanas, e passíveis de serem apreendidas pelos cientistas sociais.¹

Enquanto isso, também na Economia já se vinha praticando o comparativismo com propósitos generalizadores. Ainda no século XVIII, no momento mesmo da fundação da Economia Política Inglesa, Adam Smith propunha-se a empreender algumas comparações com vistas a formular sua teoria sobre *A riqueza das Nações* (1776). Ao examinar a relação entre a agricultura e a irrigação na China e nos outros países asiáticos, objetivara contrastá-la com as cidades ocidentais-européias, já caracterizadas pelas manufaturas e pelo comércio. Seu objetivo final fora chegar a uma generalização que propunha compreender os desenvolvimentos humanos a partir de quatro estágios históricos – caça, nomadismo, agricultura e comércio. As “tribos indígenas da América do Norte” são evocadas como o típico exemplo de “nações de caçadores, o grau de sociedade mais baixo e mais rudimentar”; os tártaros e os árabes aparecem como “nações de pastores, um estágio de sociedade mais avançado”; e os antigos gregos e romanos surgem como um exemplo mais acabado das nações de agricultores, “um estágio de sociedade mais avançado ainda”.

As ciências sociais e humanas que se consolidavam no século XIX pareciam se apartar em alguma medida da concepção histórica que passara a preponderar com a supremacia historicista. Fundado na ambição de identificar “leis gerais” para o comportamento humano e para os processos sociais, o modelo sociológico então preponderante no século XIX parecia autorizar aos sociólogos o uso do comparativismo como instrumento fundamental de análise, permitindo-lhes situar em um mesmo quadrante cronológico diversas sociedades com o fito de compará-las de modo a convalidar a idéia de que as ditas “leis gerais” que seriam aplicáveis a todas essas sociedades.

Essa perspectiva, associada ao evolucionismo que havia tomado impulso na mesma época com as propostas darwinianas, vinha freqüentemente atravessada pela idéia de comparar várias sociedades em relação ao padrão que seria considerado o ponto mais alto da evolução até o instante considerado – e, portanto, o *locus* privilegiado para a observação da ação das leis naturais que conduziriam inevitavelmente à

evolução ou ao progresso, para colocar a questão nos próprios termos positivistas. Estabelecida uma espécie de *continuum* histórico, seria possível situar e classificar dessa maneira as diversas sociedades através da mútua comparação, e sobretudo através da comparação de todas com aquela sociedade que seria pretensamente considerada o ponto privilegiado a ser atingido – a própria civilização ocidental. Desse modo, esperava-se aferir o grau de evolução de cada sociedade ou, em certos casos, identificar com clareza os desvios em relação ao caminho que poderia ou deveria conduzir ao padrão civilizacional trazido pelas sociedades européias .

As diferenças, como se pode ver claramente, eram aqui acomodadas sutilmente em um discurso que buscava precisamente salientar através de contraste a superioridade de alguns povos em relação à inferioridade de outros, e é muito interessante notar, desde já, que esse tipo de proposição nada tinha de ingênuo, e que trazia consigo estratégias de dominação cujos sintomas mais claros foram os diagnósticos e propostas de políticas de intervenção encaminhadas por alguns organismos internacionais na educação e sistemas culturais de países que eram considerados subdesenvolvidos, sempre considerando como padrão as metas e realizações dos países considerados desenvolvidos do ponto de vista europeu. Ao mesmo tempo, um comparativismo que ambicionava combinar a observação das características biológicas aos modos de comportamento do homem em sociedade dava origem às teorias racistas mais sistematizadas, como bases para essa mesma dominação.

É interessante observar que, se aqui a comparação era instrumento por excelência para o etnocentrismo – a identificação da “diferença” como signo do inferior ou do “exótico” – a abordagem comparativa seria no século XX utilizada por antropólogos e historiadores para romper ou questionar esse mesmo etnocentrismo a partir de uma compreensão da diferença como um valor positivo. Para tal, o ato de comparar deveria vir neste segundo momento acompanhado da recusa em reconhecer como um ponto de hierarquia

mais alto o lugar de onde o cientista social fala e observa a sociedade não-ocidental em estudo. Isso seria tarefa pioneira dos antropólogos, em sua conquista gradual de uma compreensão mais rica da alteridade, e com ele os historiadores – seja os motivados pela Escola dos Annales, seja os motivados pelos novos marxismos – aprenderiam cada vez mais a se libertarem dos horizontes etnocêntricos com vistas a compreender as sociedades no tempo.

Vale ainda lembrar que o comparativismo se tornaria um instrumento importante mesmo para as correntes sociológicas que logo passaram a questionar a precedência de “leis gerais” na análise social, e que propunham como ponto de partida uma sociologia indutiva que partisse da observação empírica. Por outro lado, a corrente liderada por Durkheim advogava entre suas “regras do método sociológico” o chamado “método das variações concomitantes”, que se propunha a examinar para uma certa problemática o maior número possível de casos de modo a identificar padrões de causa e efeito (Durkheim, 1987). Seu método comparativo, portanto, era aqui indutivo – partindo dos estudos de caso para, somente depois, alcançar a construção das formulações mais amplas, devendo-se notar que, neste caso, a busca de leis gerais e a observação empírica encontram-se perfeitamente correlacionadas.³

A História Comparada das Civilizações, a História Total Comparada e a Sociologia Histórica Comparada de Max Weber

Se o comparativismo fora uma exceção entre os estudos históricos até as primeiras décadas do século XX, tudo mudaria após a Primeira Grande Guerra. Este traumático processo histórico, conforme veremos mais adiante, introduz de algum modo um verdadeiro corte epistemológico em muitas das ciências humanas, ou pelo menos instaura preocupações inéditas e que estavam longe de ocupar os horizontes

mentais dos cientistas sociais do século anterior. A rejeição dos horrores da Guerra, em alguns casos, ou a resignação pessimista, em outros, parece ter de alguma maneira forçado ao olhar mais abrangente os historiadores que até então vinham se acostumando aos paradigmas das histórias nacionais ou de cunho meramente político. Começam a surgir nesse período, seja da parte de historiadores de formação ou de sociólogos que passaram a investir em uma “sociologia histórica”, os primeiros trabalhos voltados francamente para a comparação de sociedades distintas. Parece eclodir em boa parte da intelectualidade do entreguerras um desejo profundo de compreender o que de fato acontecera que permitiu a condução da humanidade europeia ao primeiro conflito mundial, e isto já não parecia possível dentro dos meros limites das histórias nacionais, isoladas umas das outras.

O primeiro domínio historiográfico a abrigar a nova perspectiva metodológica fundada no comparativismo entre sociedades distintas foi o da História das Civilizações, aparecendo aqui as obras de Oswald Spengler (1879-1936) e de Arnold Toynbee (1889-1975) como os exemplos mais notáveis. Spengler estava interessado em examinar os destinos de uma cultura específica, a da Civilização Ocidental, mas considerou que para realizar esse intento seria necessário contrapô-la às demais civilizações históricas conhecidas. Propôs-se, então, em uma obra que lançaria com grande impacto em 1918, examinar as oito civilizações históricas por ele mesmo identificadas, considerando-as como organismos sujeitos a um mesmo ciclo vital que seria marcado pelas inevitáveis etapas do nascimento, da juventude, maturidade, senilidade e morte (Spengler, 1926-1928). Seu método comparativo amparava-se na idéia de buscar diferenças entre essas civilizações – específicas, embora homólogas no que concerne à sua inevitável sujeição ao ciclo vital – de modo a extrair dessas diferenças comparadas a feição específica de cada uma. Ao mesmo tempo, Spengler perseguia também as analogias entre as diversas civilizações relativamente à passagem de um estágio a outro, editando mais uma vez a ambição de generalizar os desenvolvimentos históricos das sociedades humanas.

Embora tenha sido um leitor bastante interessado em Spengler, Arnold Toynbee (1889-1975) chegara à ambição de construir uma História das Civilizações por um caminho distinto, e que de certo modo era tanto uma contra-resposta ao modelo das historiografias nacionais típicas do século XIX, como uma resistência diante da tendência monográfica do século XX, que já começava a render seus frutos sob a forma de “estudos de caso”, ou mesmo das primeiras monografias de História Regional, que logo atingiriam, em meados do século XX, o seu primeiro momento de intensa profusão. Com relação à velha História Política inspirada pelos exacerbados sentimentos nacionalistas que se ancoravam na estrutura inflexível de cada estado-nação, Toynbee acreditava que teria sido precisamente esse sentimento nacionalista o principal responsável pelos massacres expressos pela Primeira Grande Guerra, entre os anos de 1914 e 1918, e a isto contrapunha a idéia de que não seria possível compreender a história universal – a única que realmente valeria a pena – nos quadros estreitos dos estados-nações. Estes, para ele, não seriam mais do que membros de um corpo bem maior, a Civilização, de modo que seria extremamente perniciososa a sua particularização em histórias isoladas – contrapartida do recíproco digladiamento de que fora testemunha a Grande Guerra. Assim, para Toynbee, seria preciso sempre partir do todo – a História das Civilizações – para somente depois atingir as suas partes, representadas pelas histórias dos povos e nações.

Ao mesmo tempo em que rejeitava veementemente a história política e estatal aprisionada pelas molduras nacionais – à qual contrapunha a antítese de um padrão historiográfico que traria os conceitos de Cultura e Civilização para o primeiro plano – Toynbee também acreditava que a História Monográfica, atravessada por esse hiper-especialismo que seria tão característico do mundo contemporâneo, era na verdade uma espécie de “perversão inerente à sociedade industrial”, um “estreitamento de horizontes” (Toynbee, 1934-1961, p. 27). Nessa crítica à historiografia monográfica, aliás, Toynbee deve ser

situado em campo adverso à posição assumida por Lucien Febvre em 1922, que em *A Terra e a Evolução Humana* sustenta uma proposta de estímulo à produção monográfica com vistas à realização de uma espécie de “mega-história comparada”, simultaneamente construída a muitas mãos e a partir de um movimento de baixo para cima:

Quando possuírmos mais algumas boas monografias regionais novas – então, só então, reunindo seus dados, comparando-os, confrontando-os minuciosamente, poderemos retomar a questão de conjunto, fazer com que dê um passo novo e decisivo – tenha êxito. Proceder de outro modo, seria partirmos, munidos de duas ou três idéias simples e grosseiras, para uma rápida excursão. Seria, na maioria dos casos, deixarmos de ver o particular, o indivíduo, o irregular, isto é, em suma, o mais interessante. (Febvre, 1922, p. 90).

O interesse pelos regionalismos, contudo, passava muito longe das preocupações de Toynbee. Ambicionando fazer da história algo mais grandioso, que pudesse transformá-la em um monumental instrumento para a compreensão humana e para uma explicação da crise que o Ocidente expressara a partir das duas Guerras Mundiais, o historiador inglês pôs-se, entre 1934 e 1961, a examinar comparativamente a história do mundo, até identificar 21 civilizações para as quais estava particularmente preocupado em estabelecer analogias válidas, ao mesmo tempo em que buscava rejeitar o pessimista “ciclo vital” proposto por Spengler. Embora reconhecendo como um dos modos de desenvolvimento da humanidade o aspecto “cíclico”, Toynbee matizava-o com outro aspecto igualmente importante – o modo de desenvolvimento progressivo. Se as civilizações podiam decair, também tinham a possibilidade de saírem-se bem sucedidas em uma espécie de “luta pela sobrevivência”, bem ao estilo darwinista, na qual desempenharia um papel importante um mecanismo de “incitação e resposta”, que seria o verdadeiro motor das civilizações. Entre a contemplação do pessimista “ciclo vital”

proposto por Spengler e a bem calculada adaptação da idéia de um “mecanismo de incitação e resposta”, importado da Teoria Evolucionista de Darwin, a obra de Toynbee flutua sobre o pessimismo e a esperança.

Com vistas a comprovar esse modelo mais acabado – que embora admitindo a idéia de “declínio de civilizações”, também incorpora a idéia de “sobrevivência das civilizações” – Toynbee dedicaria-se a um sistemático comparativismo histórico amparado em uma vasta erudição. Seu ponto de partida fora o trauma da Primeira Grande Guerra, este que também motivaria a emergência de outros projetos de História Comparada, como o de Bloch ou o de Pirenne. Com relação ao impacto da Primeira Guerra Mundial na obra de Toynbee, é oportuno lembrar que, em seu depoimento intitulado “Minha Visão de História”, Toynbee identifica-se sintomaticamente com o historiador grego Tucídides, com a sua motivação de encontrar na História as causas para o trágico desastre da *Guerra do Peloponeso* – este conflito de inúmeras batalhas entre os antigos atenienses e espartanos que terminaria por arruinar definitivamente a Civilização Grega. Comparando o conflito mundial de 1914 aos conflitos do Peloponeso entre os gregos antigos – e a si mesmo com o antigo historiador grego, que tanto se impressionara com a tragédia ateniense-espartana – Toynbee formulara para si mesmo a idéia de que a Civilização Ocidental e a Civilização Helênica possuíam não apenas aspectos em comum, como também tinham sido levadas a percorrer uma trajetória análoga de ascensão, apogeu e declínio.

A possibilidade de comparar civilizações distanciadas no espaço e no tempo, dessa maneira, tomou forma como um Projeto que visava compreender a humanidade através da iluminação recíproca entre as suas diversas civilizações históricas. O resultado desse grandioso empreendimento que se fundou sobre o atento exame de diversificadas civilizações foi a monumental obra *Um Estudo de História*, edificada em doze volumes que faziam do comparativismo histórico uma verdadeira missão.

Será oportuno ressaltar que o próprio plano fundador do *Estudo da História* de Toynbee já traz a evidência de que, desde o princípio, o historiador inglês já se colocava diante da questão de construir sistematicamente uma autêntica História Comparada das Civilizações, e não diante da perspectiva de elaborar uma História das Civilizações construída a partir da superposição de estudos históricos de civilizações distintas.

(I) Introdução – A gênese das civilizações; (II) O crescimento das civilizações; (III) O colapso das civilizações; (IV) A desintegração das civilizações; (V) Estados Universais; (VI) Igrejas universais; (VII) Idades heróicas; (VIII) Contatos entre as civilizações no espaço; (IX) Contatos entre as civilizações no tempo; (X) Ritmos das histórias das civilizações; (XI) As perspectivas da civilização ocidental; (XII) A inspiração dos historiadores

A perspectiva de uma autêntica História Comparada, como se vê, atravessa de alto a baixo o roteiro da monumental obra de Toynbee. Para além disto, será importante situar ainda a História Comparada das Civilizações produzida pelo historiador inglês em um duplo contraste esclarecido pelo próprio autor. Esta deveria guardar distância não apenas em relação à velha crônica política dos estados-nacionais e à “história dos grandes homens” apregoada por Carlyle no século XIX, como também em relação à história edificada sobre a busca da descrição das forças produtivas e seus conflitos de classe, como propunha a filosofia da História trazida pelo Marxismo. Para Toynbee, a História deveria se ocupar da análise de questões bem mais amplas, no nível das civilizações, e era essencialmente esse o seu projeto de História Comparada.

As contribuições de Spengler e Toynbee fundaram uma linha de reflexão que se estende para as gerações seguintes, embora sem maior impacto, sendo oportuno observar que bem mais tarde, já no fim do século XX, a análise comparativa de civilizações seria retomada com maior vigor por autores como Samuel Huntington

– preocupado com *O Choque das Civilizações*.⁵ De qualquer maneira, é importante salientar que não partiu apenas de Toynbee a única crítica às molduras nacionais que aprisionavam o velho modelo de História preconizado no século XIX. Longe disso, tal como já fizemos notar no início deste ensaio, essa era, na verdade, uma reivindicação de diversos dos historiadores do entreguerras, e o mais claro sintoma disso foi um congresso realizado em Bruxelas em que se discutiu intensamente a necessidade de superação do modelo das histórias nacionais aprisionadas em compartimentos estanques. Ao lado da História das Civilizações, proposta por Spengler e mais tarde por Toynbee, começava a surgir desde ali também uma outra resposta, a de uma História Total que considerasse o conjunto de nações européias em sua relação recíproca – sendo este o objetivo de Henri Pirenne (1862-1935) ao propor o uso da comparação com vistas a construir uma *História Européia* (Febvre, 1922, p.90).

Embora a *História Européia* de Pirenne priorize a dimensão econômica, e ainda se restrinja ao âmbito europeu, postulamos que se encontram aqui os primórdios de uma ambição comparativa totalizante que mais tarde terminaria desembocando no modelo de História Total, preconizado pelo Fernando Braudel, das “economias-mundo” – incorporando-se aqui outras preocupações como a Cultura, as relações do homem com o Espaço, ou mesmo a Política já em um novo sentido que não o do século XIX. Mas por ora, atenhamo-nos a esse momento catalisador produzido pela crise do pós-guerra – verdadeiro cadinho para a fermentação das novas formas de comparativismo histórico.

Compreende-se perfeitamente que a época fosse propícia a quebrar os isolamentos propostos pelas histórias nacionais, pois, tal como se disse, foram precisamente essas perspectivas auto-centradas que haviam dado origem aos processos históricos que conduziram ao confronto de nações consubstanciado na 1ª Grande Guerra, o primeiro conflito contemporâneo de grandes proporções que não mais se apresentava localizado. Nesta esteira, para além

dos caminhos apontados por Spengler e Pirenne, a contribuição mais substancial da História Comparada ainda estava por se consolidar em uma quarta via, brilhantemente inaugurada por Marc Bloch na sua conferência de 1928. Antes de examiná-la, porém, será oportuno discutir uma outra contribuição que, também, deixaria inúmeros frutos para as gerações seguintes de sociólogos e historiadores: a de Max Weber – sociólogo que produziu trabalhos que hoje poderiam ser perfeitamente compreendidos como historiográficos – imprime novo rumo à antiga linha de comparativismo que já vinha sendo elaborada pelas ciências sociais desde o século XIX. Com ele, nota-se um papel importante da historicidade, e é oportuno notar que, nessa mesma linha de cuidadosa atenção aos conteúdos históricos, também iremos encontrar pouco depois Norbert Elias (1897-1990).

Duas das obras de Max Weber podem ser tomadas como exemplificativas de encaminhamentos distintos do uso da comparação para examinar sociedades historicamente localizadas ou processos históricos. Em um primeiro grupo, seus estudos sobre *A Cidade* correspondiam a um recorte transversal sobre o fenômeno urbano, considerando-o nas diversas épocas, de modo a construir “tipos ideais” de cidades que permitissem confrontar a Cidade Antiga, a Cidade Medieval e a Cidade Contemporânea (Weber, 1966). Em um segundo grupo de usos do comparativismo, aparece como grande modelo o seu estudo sobre as relações da Religião com o desenvolvimento do Capitalismo (1904), consolidado pela obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (Weber, 2004). Nesse caso, a comparação buscava delimitar, através das diferenças, os elementos singulares presentes na formação e desenvolvimento do Capitalismo. Confrontando os dois sistemas de uso do comparativismo, ambos presentes em Max Weber, o primeiro produzia “tipos ideais” dispostos em blocos de tempo – os períodos medieval, moderno, contemporâneo –, enquanto o segundo sistema de uso do comparativismo buscava examinar um processo específico, o da formação e desenvolvimento do Capitalismo na História Ocidental, de modo a confrontá-lo com processos distintos

no restante do mundo. Com relação ao comparativismo presente na *Sociologia da Religião* (Weber, 1968), deve ser aproximado do primeiro modelo, oferecido pelo estudo das Cidades.

A contribuição de Max Weber para o comparativismo histórico é primordial não apenas pela ampliação da perspectiva metodológica, mas também pelo rompimento das barreiras interdisciplinares que ela implica. Weber – sociólogo – faz-se na verdade historiador, e historiador de um novo tipo. A partir daqui poderemos observar com alguma frequência (e desde já será importante pontuar isto), que o campo de estudos da História Comparada será freqüentado não apenas por historiadores profissionais de formação, mas também por sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, economistas, geógrafos, arquitetos e ecologistas, desde que adentrem esse novo campo de conexões munidos de uma perspectiva histórica bem definida. Mais adiante, quando enumerarmos exemplificativamente alguns trabalhos importantes de História Comparada, encontraremos entre os seus autores intelectuais oriundos desses diversificados campos de formação, mas que de alguma maneira se fizeram historiadores. A História Comparada, enfim, deverá ser pensada como território livre, que não pertence apenas a historiadores de formação e que não admite cercas. Para a história da formação desse campo interdisciplinar, certamente a contribuição de Max Weber mostrou-se pioneira. Paul Veyne, rendendo-lhe as devidas homenagens, assim se expressa relativamente aos estudos de Weber sobre *A Cidade*:

A obra histórica mais exemplar de nosso século é a de Max Weber, que apaga as fronteiras entre a história tradicional, a sociologia e a história comparada [...] *A cidade* é um amplo estudo comparativo do *habitat* urbano através de todas as épocas e de todas as civilizações. Da comparação Weber extrai regras (Veyne, 1983, p. 73).

Com a obra de sociologia histórica produzida por Max Weber, completa-se o panorama inicial do comparativismo histórico. Mas

a contribuição definitiva, tal como se disse, ainda estava por vir. Os caminhos até aqui examinados, na verdade, desenvolvem-se paralelamente à consolidação da primeira formulação mais sistemática de um método comparativo como parte do *metier* do historiador moderno: esta seria precisamente a contribuição de Marc Bloch (1886-1944), e aqui já poderemos efetivamente falar na constituição de uma História Comparada no sentido em que entendemos hoje esse campo, pelo menos em uma de suas possibilidades.

Marc Bloch e a sistematização do método comparativo na História

A contribuição de Marc Bloch para a História Comparada foi, já o dissemos, primordial – ou mesmo refundadora. Sua História Comparada é, antes de tudo, uma “História Comparada Problema”. Mas para além disto, Bloch teve grande importância como sistematizador do método comparativo de maneira geral, seja a partir de suas considerações teóricas – expressas em dois textos importantes –, seja a partir de suas realizações práticas. Será imprescindível compreender seu esforço sistematizador – este que hoje pode beneficiar os historiadores comparatistas de diversificadas vertentes.

Para melhor clarificar os conceitos fundacionais relacionados à questão da História Comparada, de acordo com a via que se consolidaria a partir de Marc Bloch, convém, antes de mais nada, distinguir a “História Comparada “propriamente dita – vista aqui como um campo intradisciplinar específico – do “comparativismo histórico”, em sentido mais amplo.

De um modo ou de outro, o historiador sempre utilizou a comparação como parte de seus recursos para compreender as sociedades no tempo, embora não necessariamente como um método sistematizado. De todo modo, poderemos lembrar aqui a formulação de Paul Veyne, que retoma um pressuposto de Giambattista Vico e considera

que “toda história é história comparada”.⁶ Sobre esta questão, diremos que – mesmo quando nos referimos ao comparativismo como método – é evidente que poderemos sempre atribuir um sentido mais específico ao “comparativismo histórico” como abordagem possível, e não como algo que estaria implícito a todo o “fazer histórico” consoante a fórmula enunciada por Veyne. “Comparar”, “elencar semelhanças e diferenças” e “estabelecer analogias” são naturalmente ações tão familiares ao historiador como contextualizar os acontecimentos ou dialogar com as suas fontes. Mas para falarmos em um “método comparativo” é preciso, tal como já pontuamos no início deste ensaio, ultrapassar aquele uso mais próximo da intuição e da utilização cotidiana da comparação para alcançar um nível de observação e análise mais profundo e sistematizado, para o qual “o que se pode comparar” e o “como se compara” tornam-se questões relevantes, fundadoras de um gesto metodológico.

Posto isto, já para definir a “História Comparada” como um campo específico, consideraremos ainda que será preciso se ter em vista uma modalidade que não apenas lança mão do “comparativismo histórico” como método – por exemplo, como método aplicável à análise de determinados tipos de fontes ou séries de acontecimentos –, e sim uma modalidade que estabelece campos de trabalho ou de observação muito bem delineados. A História Comparada, primeiramente, seria uma modalidade historiográfica que atua de forma simultânea e integradora sobre campos de observação diferenciados e bem delimitados – campos, a bem dizer, que ela mesma constitui e delinea. Para o caso daquele tipo de História Comparada que coloca em confronto duas realidades nacionais diferenciadas, estes campos podem ter até suas bases já admitidas por antecipação, é verdade, mas sempre é bom se ter em vista que os universos a serem comparados nas ciências humanas são sempre, de algum modo, construções do próprio historiador ou do cientista social – não são necessariamente conjuntos já dados ou passíveis de serem admitidos previamente, frisaremos aqui.

Situados esses parâmetros iniciais, estaremos percorrendo a seguir sobre a História Comparada como um campo histórico definido

simultaneamente por um certo tipo de objetos – universos diferenciados postos em comparação e em iluminação recíproca – e por uma abordagem já específica, de modo que aqui a História Comparada e o “comparativismo histórico” se encontrarão em uma prática historiográfica bastante singular.

Retornemos por ora – no ponto em que havíamos interrompido a nossa narrativa sobre a constituição da História Comparada como campo intradisciplinar – à emergência da motivação comparativista entre os historiadores do período entreguerras. De maneira análoga a Henri Pirenne, Marc Bloch estava bastante interessado, por volta dos anos 1930, em um programa que cuidasse de elaborar uma história comparada das sociedades européias – um programa que, se realizado, permitiria ao historiador um acesso efetivo às causas fundamentais que estavam na base das semelhanças e diferenças entre as diversas sociedades européias. Com essa modalidade de estudos que logo seria tão bem exemplificada com a instigante comparação entre as sociedades medievais inglesa e francesa a partir da obra *Os Reis Taumaturgos* (Bloch, 1993), o intuito de Bloch era também o de liberar o historiador das fronteiras artificiais que até então vinham sendo delimitadas pelas clausuras nacionais e governamentais da velha história política no século XIX. Comparar, também aqui, era ver de uma nova maneira, ultrapassar condicionamentos que haviam sido impostos aos historiadores por mais de um século através de um paradigma historiográfico que se ancorava na moldura político-estatal monocentrada. Sobretudo, comparar era estabelecer uma comunicação possível entre as várias histórias que até então pareciam fundar-se no isolamento, e, neste mesmo sentido, comparar trazia uma verdadeira esperança de comunicação entre os povos:

A história comparada, tornada mais fácil de se conhecer e de se utilizar, animará com seu espírito os estudos locais, sem os quais ela nada pode, mas que, sem ela, a nada chegariam.

Numa palavra, deixemos, por favor, de falar eternamente de história nacional para história nacional, sem nos compreendermos. (Bloch, 1930, p. 40).

Em 1928, no Congresso Internacional de Historiadores de Oslo, Marc Bloch desenvolveria uma conferência – logo transformada em artigo – que objetivava refletir precisamente sobre as potencialidades do estudo comparado na História. No ano seguinte seria publicada a sua primeira realização nesse sentido: a obra *Os Reis Taumaturgos*. Será mais do que oportuno retomarmos as reflexões de Marc Bloch sobre o comparativismo histórico, pronunciadas no Congresso de Oslo.

Em primeiro lugar, Marc Bloch procura fixar os requisitos fundamentais sobre os quais poderia ser constituída uma História Comparada que realmente fizesse sentido. Sua conclusão é a de que dois aspectos irredutíveis seriam imprescindíveis: de um lado uma certa similaridade dos fatos, de outro, certas dessemelhanças nos ambientes em que essa similaridade ocorria. A semelhança e a diferença, conforme se vê, estabelecem aqui um jogo perfeitamente dinâmico e vivo: sem analogias, e sem diferenças, não é possível se falar em uma autêntica História Comparada.⁷

De igual maneira, Bloch visualizou dois grandes caminhos que poderiam ser percorridos pelos historiadores dispostos a lançar mão do comparativismo na História. Seria possível comparar sociedades distantes no tempo e no espaço, ou, ao contrário, sociedades com certa contigüidade espacial e temporal. No caso da comparação de sociedades distanciadas no espaço e no tempo, tinha-se uma situação singular: a ausência de interinfluências entre as duas sociedades examinadas. Neste caso, o trabalho consistiria basicamente na busca de analogias – situação para a qual poderemos exemplificar com a possibilidade de estabelecer uma comparação entre o que se poderia chamar de “feudalismo europeu” e o que poderia ser denominado “feudalismo japonês”, duas realidades afastadas no espaço, em uma época em que não poderiam transmitir influências uma à outra. Entre os riscos

típicos desse caminho representado pela possibilidade de comparação entre sociedades não-contíguas estão naturalmente o da falsa analogia e o do “anacronismo” – transplantes de um modelo válido para uma época ou espacialidade social para um outro contexto histórico em que o modelo não tenha sentido real, correspondendo apenas a uma ficção estabelecida pelo próprio historiador.

Quando nos referimos a “sociedades contíguas”, teremos em vista que o próprio conceito de contigüidade muda historicamente. Na época da mundialização, e mais ainda, no período da globalização, duas sociedades afastadas espacialmente têm possibilidades imediatas de interinfluência, não correspondendo à situação estanque que se tinha nos períodos em que a comunicação era menos imediata. De igual maneira, cabe salientar que a comparação não precisa ser necessariamente entre realidades nacionais distintas, podendo corresponder também a ambientes sociais distintos que se pretenda comparar.

Posto isso, consideraremos o segundo grande caminho apontado por Marc Bloch para uso da comparação histórica – na verdade, aquele que ele mesmo preconizava como preferível. Trata-se aqui de comparar sociedades próximas no tempo e no espaço, que exerçam influências recíprocas. A vantagem de comparar sociedades contíguas está precisamente em abrir a percepção do historiador para as influências mútuas, o que também o coloca em posição favorável para questionar falsas causas locais e esclarecer, por iluminação recíproca, as verdadeiras causas, interrelações ou motivações internas de um fenômeno e as causas ou fatores externos. Será importante ainda salientar que, para empreender este caminho da História Comparada que atua sob realidades históricas contíguas – por exemplo, duas realidades nacionais sincrônicas – o historiador deve estar apto a identificar não apenas as semelhanças como também as diferenças. O exemplo mais concreto que Marc Bloch pôde oferecer dessa abordagem, já aplicada a uma investigação histórica específica, foi a sua primorosa obra *Os Reis Taumaturgos*. Ao mesmo tempo, o artigo teórico elaborado pelo historiador francês tornou-se uma espécie de pedra fundamental

da História Comparada, no qual já veremos claramente os caminhos privilegiados por Marc Bloch no interior dessa modalidade historiográfica em formação:

Estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido à sua proximidade e à sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum” (Bloch, 1930, p.40).

O que se realiza em *Os Reis Taumaturgos* senão esse modelo? Teremos aqui duas sociedades medievais vizinhas – a francesa e a inglesa –, ambas com um imaginário em comum e repertórios de representações similares, que serão investigados pelo historiador à luz de um mesmo problema comum que os atravessa: o da crença popular no poder taumatúrgico de seus reis. As duas sociedades se interinfluenciam; as duas cortes que se beneficiam das representações taumatúrgicas – a capetúrgica na França e a plantageneta na Inglaterra – rivalizam uma com a outra, movimentam-se, mesmo, no contexto dessa iluminação e rivalidade recíprocas. O material histórico adequa-se, portanto, ao caminho proposto pelo modelo preconizado por Bloch: duas sociedades sincrônicas que guardam entre si relações interativas, e que juntas oferecem uma visão clara de um problema comum que as atravessa. Sem uma ou outra, no mero âmbito de uma história nacional, não poderia ser compreendida a questão da apropriação política do imaginário taumatúrgico que se desenvolve nas monarquias européias, das origens em comum desse mesmo imaginário, das intertextualidades que se estabelecem, do confronto do modelo taumatúrgico com outros modelos de realeza. A História Comparada das realezas francesa e inglesa através do imaginário taumatúrgico contribui, de algum modo, para compreender a Europa, atendendo a um projeto mais ambicioso que reage contra o aprisionamento do historiador, seja no particularismo local, seja nos modelos

mais inflexíveis da história política de bases nacionais que grassava quase que exclusivamente na historiografia europeia do século XIX.

Apesar da imprescindível pedra fundamental lançada por Marc Bloch, ainda teríamos de esperar algumas décadas por uma produção mais substancial de História Comparada já sob a égide dos preceitos aqui mencionados por Bloch. Na verdade, os caminhos da História Comparada no segundo pós-guerra produziram ainda poucas contribuições, muitas delas hoje questionáveis. A análise histórica marxista proposta por Stalin, por exemplo, almejava identificar uma única e necessária forma de sucessão de modos de produção, e portanto conduzia a análise comparada com vistas a sustentar que as diversas sociedades se comportariam da mesma maneira no que concerne ao desenvolvimento dos processos históricos. Esse padrão de análise, naturalmente, trazia íntimas relações com um certo modo de exercer um controle sobre o pensamento de esquerda, de se apropriar desse mesmo pensamento para exercer um certo imperialismo soviético no contexto da Guerra Fria. Enxergar a realidade de modo diverso, na União Soviética Stalinista, podia implicar sérias sanções ou mesmo deportação para os campos prisionais situados na Sibéria. No contexto stalinista, portanto, pode-se dizer que um certo padrão de História Comparada – atrelado a um resultado que de antemão já se espera – atendia a claros propósitos de dominação. Trabalhar com a História Comparada na Rússia Stalinista estava longe de ser um exercício intelectual livre e descompromissado. Tinha-se aqui uma disciplina e um método que atendia a uma determinada visão de mundo – um método que deveria prestar contas a uma certa maneira de conceber e comprovar a realidade histórica.

Obviamente que, se havia no lado soviético da Guerra Fria o uso do comparativismo histórico com fins de dominação e imposição de uma idéia preconcebida, também o lado americano produziria a sua contrapartida comparativista, com análogas intenções de forjar a idéia de um desenvolvimento único, só que de uma maneira que interessasse ao capitalismo internacional. O profeta do “comparativismo

de mão-única”, nos Estados Unidos, foi Walt Whitman Rostow, um economista nascido em 1916. A História Econômica proposta por Rostow amparava-se em modelos evolucionistas que buscavam comprovar a mesma seqüência de desenvolvimento em diferentes contextos, e para isso lhe valeria o comparativismo histórico.

Na verdade, Rostow concebeu sua teoria e prática metodológica precisamente como alternativa à proposição marxista mais linear acerca dos rumos da história. É, aliás, sintomático o título da obra em que procurou consolidar as suas reflexões econômicas: “Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista” (Rostow, 1961). Para ele, partindo-se de uma “sociedade tradicional” que a certa altura de seu desenvolvimento inicia o seu “arranque” (*take-off*) em direção a um estágio final de pleno desenvolvimento, haveria uma determinada seqüência de cinco etapas que teriam de ser percorridas por todas as sociedades que se mostrassem aptas a atingir o nível mais desenvolvido – a etapa da “era do consumo em massa” – onde seria possível atingir finalmente o bem-estar social (o *welfare state*). Embora Rostow admita que cada sociedade é impelida a fazer as suas próprias escolhas – inexistindo sob esse prisma uma estrutura uniforme de desenvolvimento –, por outro lado, todas as sociedades estariam enquadradas ao seu modo nas cinco etapas definidas. No fim das contas, o modelo de desenvolvimento proposto por Rostow mostra-se tão teleológico como o modelo tradicional do Marxismo: o primeiro conduziria à vitória final do Capitalismo como um estado de bem-estar; o segundo apontaria para a conquista do Socialismo. Um e outro – o marxismo stalinista que ambicionava submeter a História a uma fôrma forjada a golpes de martelo, e o capitalismo rostowiano que buscava acenar com promessas de bem-estar social para todos – o comparativismo histórico era aqui posto a serviço de um determinado modelo que já vinha construído de antemão.

De qualquer modo, a partir da segunda metade do século XX os estudos de História Comparada já se mostram mais presentes, e

freqüentemente já desvinculados dos projetos políticos de dominação ou das concepções históricas etnocêntricas. A partir daí, esses estudos de História Comparada – ainda que sejam sempre relativamente raros em confronto com os recortes historiográficos tradicionais, habitualmente monocentrados em um país ou uma região específica – já existirão em quantidade mais expressiva, de modo que desde então já se pode discuti-los como realizações associadas a um campo histórico específico. Essa produção historiográfica, que já escapa aos limites propostos para este artigo, mostra-se certamente interessante objeto para um artigo futuro.

The beginnings of comparative history – Experiences with historic comparativism between the XVIIth and the first fifty years of XXth Century

Abstract. This article intends to discuss the origins of Comparative History as a specifically historiographic modality, discussing some pioneering references in the use of comparative approach since the first experiences of historical works by illuminist philosophers and romantic authors, until the time of the constitution of comparative history as a new historiographic project in the first half of XXth Century. Through discussion of its definition and groundings, this text analyses some types and possibilities of historical comparativisms, referring authors as Marc Bloch, Toynbee and Max Weber.

Keywords: Comparative History. Comparative Method. History Writing.

Notas

¹ Iremos encontrar a raiz dessa escola positivista francesa nos escritos de Auguste Comte (1978). Em seguida, teremos uma referência fundamental para o comparativismo sociológico do século XIX com a obra do filósofo e economista inglês John Stuart Mill, particularmente o tratado escrito em 1843 com o título *A system of logic: ratiocinative and inductive* (Mill, 1862). Nessa obra, Mill desenvolve um sistema lógico articulado em que se destacam quatro estratégias para inferência de relações causais: os métodos da “concordância”, da “diferença”, da “variação concomitante” e dos “resíduos”. O comparativismo, de certo modo, pode ser considerado a base desse sistema, uma vez que para cada um dos métodos propostos é imprescindível a observação comparada dos fenômenos.

² O conceito de “evolução”, bem como outras idéias-chave propostas por Darwin, entre as quais a de “luta das espécies”, logo adaptadas para os estudos sociais em termos de “lutas de grupos” e “lutas de nações”, adentra o século XIX dando origem ao que posteriormente foi chamado de darwinismo social. Uma referência importante pode ser encontrada na obra de Walter Bagehot (1826-1877) intitulada *Physics and Politics* (1873), que traz como sintomático subtítulo a frase “Reflexão sobre a aplicação dos princípios da herança e da seleção natural à sociedade política” (Bagehot, 1956). Da mesma forma, a obra do filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903) busca estender as leis da evolução em todos os níveis da atividade humana.

³ Durkheim discute a questão do Método, vale lembrar, frisando a idéia de que o ‘método da experimentação’ seria característico das ciências físicas e naturais, para os casos em que os fenômenos seriam passíveis de serem produzidos artificialmente pelo pesquisador. Por outro lado, para o caso dos fenômenos sociais seria necessário empregar o “método da experimentação indireta ou comparativa” (Durkheim, 1987, p. 112).

⁴ O conceito de Civilização é utilizado por Toynbee para definir um estágio superior que certa cultura conseguiu atingir, sendo que o historiador inglês rompe com o uso etnocêntrico que vinha sendo impingido a esse conceito por intelectuais europeus, que costumavam aplicar a palavra “civilização” apenas à Cultura Ocidental. Assim, Toynbee asseverava que das inúmeras culturas existentes (cerca de 650, segundo um estudioso da época no qual se baseara o historiador inglês), apenas poucas tinham tido sucesso em alcançar o patamar de civilizações.

⁵ Huntington (1997). Ver ainda, para registro das Histórias de Civilizações posteriores à de Spengler e Toynbee, as obras de outros autores: (1) Bagby (1958), (2) Coulborn (1959), (3) Quigley (1961), (4) Melko (1969). Numa perspectiva bem distinta, deve ser considerada a *Gramática das Civilizações*, de Fernando Braudel, que não pode ser considerada sob o prisma da História Comparada das Civilizações, já que o que se realiza é uma superposição de Histórias de Civilizações (Braudel, 1989).

⁶ Referindo-se a outro âmbito de questões, também Kula ressalta a idéia de que nenhum trabalho científico, por limitado e monográfico que seja, pode dispensar totalmente o método comparativo (Kula, 1973, p. 571).

⁷ O modo de tratamento do comparativismo proposto por Bloch vai buscar influências, à parte a própria sociologia de sua época, na já mencionada obra de John Stuart Mill, que desenvolve estratégias comparativistas de análise particularmente com o tratado *A system of logic: ratiocinative and inductive* (1843). A este respeito, existem dois procedimentos básicos no método comparativo de Stuart Mill que parecem repercutir na simultânea busca de analogias e diferenças proposta pelo comparativismo de Marc Bloch. Em primeiro lugar, tem-se o que Mill denominou “Método da Concordância”, consistindo este na comparação entre os casos “posi-

tivos”, em que o fenômeno que está sendo analisado está presente. A estratégia é a de encontrar para os casos “positivos” alguma variável antecedente em comum. Contudo, a correlação entre duas variáveis nos casos positivos precisa ser submetida a um segundo procedimento, que corresponde ao “Método da Diferença”, consistindo este em comparar os casos positivos com outros “negativos”, onde não está presente o fenômeno investigado. Se nestes casos “negativos” a variável comum aos “casos positivos” também está ausente, tem-se uma maior evidência de que havia sido de fato identificado o fator causal. Tal método nos coloca diante de procedimentos similares encontrados na busca de uma complementaridade proposta por Bloch entre as *analogias e diferenças*.

Referências

- BAGBY, Philip. *Culture and History, Prolegomena to the Comparative Study of Civilizations*. Londres: Longmans, 1958.
- BAGEHOT, Walter. *Physics and Politics*. Boston: Beacon, 1956.
- BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes in *Mélanges historiques*. Paris: 1963, tit. I, p.15-50 [original : 1928].
- BLOCH, Marc. Comparaison. *Bulletin du Centre International de Synthèse*, n° 9, Paris, junho de 1930.
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos* – o caráter sobrenatural do Poder Régio. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BRAUDEL, Fernando. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).
- COULBORN, Rushton. *The Origin of Civilized Societies*. Princeton: Princeton University Press, 1959.
- DURKHEIM, Émile. *Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- FEBVRE, Lucien. *La Terre et l'évolution humaine*. Introduction géographique à l'histoire. Paris: 1922. p. 90.
- HERDER. Herder on Social and Political Culture (org.: F. M. Barnard). Cambridge, 1969.

José D'Assunção Barros

- HINTZE, Otto. *The Historical Essays of Otto Hintze* (org: Felix Gilbert). New York: Oxford University Press, 1974.
- HUNTINGTON, Samuel. *O Choque das Civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1973.
- MELKO, Matthew. *The Nature of Civilizations*. Boston: Porter Sargent, 1969.
- MILL, John Stuart. *A system of logic: ratiocinative and inductive*. London: Park, Son and Bourn, 1862.
- MONTESQUIEU. *Cartas Persas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- PIRENNE, Henri. *Historia de Europa, desde las invasiones al siglo XVI*. México: 1981.
- PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Alexandre e César*. Porto Alegre: LPM, 2005.
- QUIGLEY, Carroll. *The Evolution of Civilizations*. An Introduction to Historical Analysis. Nova York: Macmillan, 1961.
- ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SMITH, Adam. *Enquête sur la nature et les causes de la richesse des nations*. Londres: Oxford University, 1976 [original: 1776].
- SPENGLER, Oswald. *The Decline of the West*. Munich: Beck, 1920.
- TOYNBEE, Arnold. *Study of History*. Londres: Oxford University Press, 1934-1961. 12 vol. [Um Estudo da História. São Paulo: Martins Fontes, 1987].
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília:UNB, 1983.
- VOLTAIRE. *The Age of Louis XIV*. Londres: 1969.
- VOLTAIRE. *Cartas Filosóficas*. São Paulo: Landy, 2001.
- WEBER, Max. *The City*. New York : Paperback, 1966.
- WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEBER, Max. *The Sociology of Religion*. Boston: Beacon Press, 1968.

Recebido em 03/01/2007
Aprovado em 19/06/2007